

SINPOL - PÁGINA 2

Após execução, sindicato pede fechamento da fronteira com o Paraguai



ABSSMS - PÁGINA 2

Militares Estaduais com menos de cinco anos na reserva já podem solicitar revisão do PASEP

SINDETRAN - PÁGINA 3

Denúncias incomodam e acusados tentam manchar a imagem do Sindicato dos Servidores do Detran

HOMENAGEM - PÁGINA 8

Incentivo à autoestima e pioneirismo são destaques do Dia Internacional da Mulher na ACP

SAÚDE - PÁGINA 7

Casems: 17 anos de afeto, cuidado e confiança

FÓRUM DOS SERVIDORES - PÁGINA 7

Servidores questionam sobre venda da folha do funcionalismo estadual

Lama Asfáltica e Lava Jato rondam os pré-candidatos de MS às eleições de 2018



Grande parte dos políticos de Mato Grosso do Sul que pretende concorrer ao Governo do Estado e Senado, cargos importantes do Executivo e Legislativo, está ou já esteve sob a mira da Justiça nas operações Lama Asfáltica e Lava Jato. Os dois últimos governadores e o atual, já que todos foram citados nas delações da JBS ao Ministério Público Federal. Páginas 4, 5 e 6

Militares Estaduais com menos de cinco anos na reserva já podem solicitar revisão do PASEP

II A Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais oriundos do quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Mato Grosso do Sul – ABSSMS iniciou processo de cadastramento de seus associados para ingresso de ação judicial referente à revisão do PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O PASEP foi criado pela Lei Complementar nº 8 de 03 de Outubro de 1970, e previa estender aos servidores públicos os benefícios da iniciativa privada recebidos pelo Programa de Integração

DOCUMENTOS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PASEP

- Publicação de inclusão;
- Publicação da ida para RR;
- CPF E RG;
- Comprovante de residência;
- Holerite;
- Pedir no Banco do Brasil o extrato do Pasep desde 1999 até a data atual;
- Pedir no Banco do Brasil a MICROFILMAGEM do Pasep de 1999 retroativamente desde a data da inclusão;

Social – PIS. Porém, em 1988, a Constituição Federal alterou os programas e cessou, a partir de 1989, o pagamento das cotas do PIS/PASEP.

Entretanto, para os militares reformados que iniciaram carreira até 5 de outubro de 1988, que estejam na reserva há, no máximo, cinco anos e já receberam PASEP, é

permitido, por lei, solicitar novo cálculo para atualização do benefício.

Diante da complexidade do processo, a ABSSMS disponibiliza para seus associados toda assessoria jurídica necessária para garantir o êxito da ação. O advogado da associação, Lucas Tobias Arguello, explica que os associados terão

acompanhamento do departamento jurídico da ABSSMS durante todo trâmite processual. “Vamos acompanhar tudo, orientar os associados e ajudar no que for necessário”. O advogado ressalta que, para dar início ao processo, é fundamental que o interessado tenha em mãos todos os documentos exigidos.



SERVIÇO

Policiais e bombeiros militares que se enquadram nesta situação podem se associar à ABSSMS e receber todo o respaldo jurídico para propor a ação do PASEP, além de poderem usufruir de todos os demais direitos de ser associado à ABSSMS. Os associados também terão acesso a serviços recreativos, esportivos e representativos.

Para esclarecer dúvidas sobre o assunto, os interessados podem entrar em contato com o departamento jurídico da ABSSMS pelo telefone (67) 3027-3414, pelo e-mail abssmsdiretoria@gmail.com ou diretamente na sede da associação que fica na Rua Senador Queiroz nº1.247, Jardim Leblon.

Após execução de Policial Civil, Sinpol cobra fechamento da fronteira

II O Sinpol (Sindicato dos Policiais de Mato Grosso do Sul) cobrou o fechamento da fronteira pelo governo do Estado, após a execução do policial civil Wesceley Vasconcelos. O assassinato foi estopim para situação que já estava tensa após os efeitos da intervenção militar no Rio de Janeiro para MS, apontado como ‘corredor’ por onde entra boa parte das drogas e armas ilegais no Brasil.

Giancarlo Correa Miranda, presidente do sindicato, afirmou que o combate ao tráfico de drogas e armas não é responsabilidade dos policiais civis e sim da União, “Mais uma morte de um colega. Exigimos do governo do Estado que a fronteira seja fechada”, falou Giancarlo.

Ele ainda disse que o que falta é comando do Governo, “eles (governo) têm condição de fechar a

fronteira”, finalizou.

A EXECUÇÃO

Wesceley estava em um carro Fiat Siena da Polícia Civil, junto com uma estagiária da delegacia, momento em que ambos foram abordados por dois homens que estavam em um veículo Honda Civic. Wesceley estava próximo de casa, na Rua Campo Grande esquina com a Rua Tuiuti na Vila Reno.

O Honda Civic ficou ao

lado do carro do policial, momento em que os autores desceram e executaram o servidor com tiros de fuzil AK 47 e 7.62. Segundo o Sinpol, a jovem também ficou ferida mas não corre risco de morte.

Moradores próximos disseram ao site Ponta Porã Informa que, após os disparos, os autores entraram no veículo e fugiram em direção ao bairro Residencial.



Wesceley foi executado a tiros de fuzil na fronteira

Denúncias incomodam e acusados tentam denegrir a imagem do Sindicato dos Servidores do Detran

II No último fim de semana, um jornalista de Campo Grande tentou denegrir a conduta do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) dizendo que este Sindicato fez denúncias falsas contra o ex-diretor do órgão, afastado por suspeita de fraude em Licitação.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Segundo o jornalista, que claramente emite sua opinião declinando pela inocência do diretor afastado, o Sindetran-MS foi usado por João Baird, dono da PSG Informática, para derrubar o ex-diretor. Nas acusações falsas, o jornalista afirma que o ex-diretor do Detran cancelou um contrato de 70 milhões com a PSG e estabeleceu outro contrato com a empresa Pirâmide, no valor de 19 milhões. Na afirmação do jornalista, o ex-diretor garantiu economia ao órgão. Por esse motivo, a PSG teria usado o Sindetran-MS para derrubar o antigo diretor.

Consta porém, que o Sindetran-MS não foi procurado para esclarecer os fatos, reafirmando o posicionamento tendencioso da reportagem em questão. O Sindetran-MS não possui e nunca possuiu qualquer contato com a PSG Informática



Ex-diretor ao lado do governador Reinaldo Azambuja

e ainda não apoia os contratos de terceirização que o Detran tinha e tem com a PSG ou com a Pirâmide. “O Sindetran-MS só cumpriu seu papel de denunciar um processo de Licitação que considera completamente desnecessário. Nada temos com o Baird ou sua empresa, na verdade somos contra as terceirizações no órgão”, afirma o presidente do

Sindetran-MS Octacílio Sakai Junior.

O Sindetran-MS esclarece que realmente denunciou a Licitação para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação, manutenção e operação de sistema computacional no Detran-MS. A denúncia foi feita ao longo de 2017, registra-

da em cartório e com o pedido de impugnação do processo de Licitação na SAD. Infelizmente, o Governo do Estado e a SAD não deram ouvidos ao Sindetran-MS, que partiu para denunciar através da mídia.

A Licitação denunciada não possuía em anexos do seu edital, os projetos básicos e o executivo, conforme determina o §2º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93. O edital também não previa preço estimado do serviço, mesmo este sendo já estabelecido por lei, conforme a Tabela de Serviços do Detran, Lei Estadual 4.282/2012. Por último, e mais importante, a Licitação denunciada não precisava ser realizada. O Sindetran-MS sempre acreditou e lutou para que o serviço fosse realizado por servidores do quadro do Detran.

SINETRAN MOSTRA QUE SERVIDOR PODE FAZER SERVIÇO DE TERCEIRIZADO

Ao longo dessa nova gestão, o Sindetran-MS combateu os processos de terceirização no Detran. Um deles é o processo citado para registro de financiamento de veículos, que o órgão cobra uma taxa de 175 reais.

Para a realização desse serviço, em 2017, o Governo do Estado contratou a empresa Pirâmide,

com um valor de 17 milhões por ano. Valor esse que, segundo cálculos do Sindetran-MS, seria possível pagar os salários de 12 servidores do Detran por mais de 30 anos. “Considerando que o registro de contratos pelo órgão, para qual a empresa está sendo contratada, é um trabalho contínuo e a necessidade de pessoal efetivo da carreira é uma realidade, fica evidente que os recursos poderiam ser aplicados na contratação de servidores do quadro do órgão”, explicou Sakai, na época.

Durante o período em que o serviço foi suspenso, em 2017, por causa do afastamento

da antiga diretoria e do cancelamento do contrato com a Pirâmide, foram acumulados mais de 60 mil gravames para serem registrados. Hoje, o serviço de registro de financiamento de veículos está sendo realizado por servidores do quadro do Detran-MS e já está totalmente atualizado, sem acúmulo de serviço. “Isso só nos mostra que o Sindetran-MS estava certo. O servidor do quadro pode realizar o serviço que o governo pagaria milhões para fazerem. Não acreditamos que seja somente uma questão de má gestão, mas de transparência em ações por parte do governo do Estado”, finaliza Sakai.

Licitação desnecessária

O Sindetran-MS só cumpriu seu papel de denunciar um processo de Licitação que considera completamente desnecessário. Nada temos contra o Baird ou sua empresa, na verdade somos contra as terceirizações no órgão”.

Octacílio Sakai Junior
Presidente do Sindetran-MS



Lama Asfáltica e Lava Jato rondam

II Grande parte dos políticos de Mato Grosso do Sul que pretende concorrer ao Governo do Estado e Senado, cargos importantes do Executivo e Legislativo, está ou já esteve sob a mira da Justiça nas operações Lama Asfáltica e Lava Jato.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Nomes como o próprio atual governador Reinaldo Azambuja (PSDB), o ex-governador André Puccinelli (MDB), a vice-governadora Rose Modesto (PSDB) e os atuais deputados federais Zeca do PT e Luiz Henrique Mandetta e engrossam a lista ex-dirigentes que já sinalizaram querer voltar ao poder, como o ex-prefeito de Campo Grande Nelsinho Trad. Já em clima de pré-campanha pelo in-

terior, Edson Giroto, preso novamente na semana passada, chegou a agredir uma repórter da imprensa local ao se apresentar à Polícia Federal, enterrando suas possibilidades de disputar a eleição.

Há também os políticos que, devido aos recentes escândalos, sumiram das vistas, como Delcídio Amaral e Gilmar Olarte. Ary Rigo, que resolveu sair do casulo após anos sem ser visto, bastou aparecer no velório do ex-governador Pedro Pedrossian que foi preso, envolvido no escândalo de corrupção no Detran-MS (Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul), sob suspeita de ser um dos donos das grandes empresas de tecnologia que abocanham contratos milionários com o governo estadual.

Suspeita de corrupção

O que os dois últimos governadores e o atual têm em comum para a disputa eleitoral de 2018 é que nenhum deles vai poder usar o maior escândalo dos últimos tempos em termos de corrupção nas campanhas eleitorais, já que todos foram citados nas delações da JBS ao Ministério Público Federal.



Os petistas

Depois de governar o Estado por oito anos, o partido, entre 2012 e 2016, tinha 14 prefeitos e perdeu oito destas lideranças



para outras legendas, em função da crise nacional, envolvendo a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que foi cassada, além das denúncias na Operação Lava Jato, contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros parlamentares da legenda.

Em Mato Grosso do Sul, Delcídio do Amaral teve o mandato cassado no ano passado, sob acusação de tentar dificultar as investigações da Operação Lava Jato. Já Zeca foi condenado pelo TJ-MS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), por improbidade

administrativa, o que pode impedir sua participação em 2018.

O deputado federal Vander Loubet (PT), que já foi candidato a prefeito, por duas vezes, se tornou réu em ação penal, da Operação Lava Jato, suspeito de receber dinheiro desviado da BR Distribuidora.



pré-candidatos às eleições de 2018

O italiano e os emedebistas

Contratos de publicidade, suspeitas de obras superfaturadas, repasses supostamente indevidos da JBS e a Lama Asfáltica, que até resultou no uso de uma tornozeleira. Nada disso impede que o emedebista italiano André Puccinelli ainda saia candidato em 2018.

Após os oito anos de mandato de Puccinelli, um período conturbado se instalou no MDB. Primeiro, com a Operação Lama Asfáltica, deflagrada já em 2015, que apontou o então braço direito de André, Edson Giroto, como um dos operadores de propina do governo estadual.

Não demorou muito e em 2016, já na quarta fase da operação, a Polícia Federal, o deteve com uma tornozeleira, sob suspeita de prejuízo de R\$ 150 milhões aos cofres públicos por fraudes de licitações e lavagem de dinheiro.

Na segunda etapa da operação, batizada de Fazendas da Lama e realizada em 10 de maio de 2016, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão no apartamento de Puccinelli, em Campo Grande. A motivação foi a compra de livros didáticos e o financiamento da MS-430 pelo BNDES (Banco Na-

cional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A Gráfica Alvorada foi apontada como fonte de pagamento de propina e elo entre o ex-governador e um esquema de desvio de dinheiro público. A operação Lama Asfáltica aponta desvio de R\$ 44 milhões em recurso público e que foi formada uma rede de “laranjas”, composta por familiares e terceiros, para lavagem do dinheiro de origem ilícita. Os valores foram transformados principalmente em fazendas, que totalizam 67 mil hectares espalhados por Mato Grosso do Sul.

Em meio à Operação, a Coffee Break também apontou o ex-governador como articulador do processo de cassação que tirou o ex-prefeito de Campo Grande Alcides Bernal do cargo. A investigação apontou que houve compra de vereadores e negociação de secretarias. João Amorim, empreiteiro dono na Proteco Construções, lutava para que a prefeitura voltasse a efetuar os pagamentos da Solurb, comandada pelo genro, Luciano Dolzan, que foram reduzidos e até suspensos pelo progressista.

Para o Gaeco, houve uma operação criminosa para



Covardia

Preso na sexta-feira (9), Giroto agrediu a repórter Mariana Rodrigues, do Jornal Midiamax, ao se apresentar para a Polícia Federal. Apesar de muita propaganda sobre políticas públicas para as mulheres, nada de efetivo foi feito por elas nas últimas gestões.

afastar Bernal do cargo. Ele retornou para a prefeitura graças a liminar do Tribunal de Justiça, que acabou avalizando a investigação ao determinar a prisão de Olarte e condução coercitiva de vários vereadores.

Apesar das investigações andarem a passos lentos, Puccinelli já não tem a força política de antes. Com processos no STF e STJ, também tem perdido até mesmo na justiça estadual, onde indicou durante sua gestão, grande parte dos desembargadores.

O desembargador Sérgio Fernandes Martins, da 1ª Câmara Cível, negou liminar em julho para suspender a ação de improbidade administrativa, no âmbito da Operação Coffee Break, contra o “amigo”, o ex-governador André Puccinelli (MDB) e mais 11 pessoas. Com a decisão, continua o processo em que o MPE (Ministério Público Estadual) cobra ressarcimento de R\$ 25 milhões pelos danos causados aos cofres municipais pelo suposto golpe contra o prefeito Alcides Bernal (PP), em 12 de março de 2014.

O tucano

Inabalável após a campanha eleitoral e vendo o nome de Puccinelli decair após os escândalos da Lama Asfáltica e Coffee Break, Reinaldo Azambuja (PSDB) também não escapou de ver seu nome envolvido no maior escândalo nacional. A delação da JBS, fruto dos trabalhos da Operação Lava Jato.

Os irmãos Joesley e Wesley Batista revelaram, na delação premiada, que o enorme esquema de corrupção do qual participavam começou em Mato Grosso do Sul. Eles entregaram ao Ministério Público Federal (MPF) uma lista de nomes e notas fiscais de compras que seriam simulações para esconder o pagamento de propina a políticos do Estado, a partir da falsa venda de gado.

Auditoria fiscal federal agropecuária apontou que o gado era vendido e pago, mas nunca entregue ao comprador. As notas fiscais e as guias de trânsito animal indicam que a carga deveria ter sido levada para um frigorífico de Campo Grande, mas, segundo levantamento feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os carregamentos nunca entraram pelos portões do local.



Wesley Batista entregou ao MPF uma lista com 56 notas fiscais do frigorífico Buriti, pelo fornecimento de carne, e 23 notas de compra de gado vivo de 12 pecuaristas. O Ministério da Agricultura informou que “não foram encontrados registros de ocorrência dos abates” dos animais em nenhuma dessas transações.

O empresário também contou aos procuradores que a JBS deu dinheiro em doações oficiais e no caixa dois para Reinaldo Azambuja e Delcídio do Amaral, que disputaram o segundo turno das eleições para o governo de Mato Grosso do Sul em 2014. Durante a campanha, os candidatos trocaram muitas acusações.

“O Joesley negociou com o Delcídio e com Reinaldo que se o Reinaldo ganhasse, um ia pagar a conta do outro. Ele [Delcídio] recebeu um valor relevante, R\$ 12 milhões, tem várias notas frias, dinheiro em espécie. E como ele não foi eleito e foi o Reinaldo, o Joesley falou: ‘ó, a conta do Delcídio é sua’”, afirmou Wesley em outro trecho da delação.



Wesley Batista disse aos procuradores do Ministério Público Federal que essas vendas eram inventadas para justificar a saída do dinheiro do caixa da JBS. Segundo Wesley, o dinheiro virava propina para os secretários e para o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), em troca de redução de impostos estaduais.

O empresário afirmou que o esquema era antigo e durou, pelo menos, 13 anos. Só parou em 2016, quando os delatores acreditaram que já estavam sendo investigados pela operação Lava Jato.

“Esses pagamentos aqui, que são os mais recentes, R\$ 12.900.000 para empresa Buriti, e todos esses aqui, que são pessoas físicas, são produtores que emitiram notas fiscais contra nós”, disse Wesley na delação.

Um desses produtores é o atual secretário de Fazenda de Mato Grosso do Sul, Márcio Monteiro. Ele é pecuarista e em dezembro de 2016 vendeu 140 cabeças de gado à JBS, por R\$ 333 mil. Os caminhões deveriam ter levado os animais da fazenda dele, em Jardim, até Campo Grande, entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2016, mas, nunca foram entregues,

nem nesse período, nem depois.

Wesley Batista disse que o Buriti foi usado pelo atual governador, Reinaldo Azambuja, para lavar dinheiro de propina. Um dos executivos do grupo, Valdir Boni, era o responsável por buscar as notas fiscais e fazer os pagamentos.

“Ou o próprio governador tratava comigo, ele próprio. O Boni ia lá no Palácio do Governo, em Campo Grande. Essas notas o Boni pegou em mãos com o governador, essas notas fiscais e processou o pagamento”, disse Wesley na delação.

Informe publicitário



Basta! **A fronteira precisa reagir!**

O Sindicato dos Policiais Civis de MS vem a público manifestar sua indignação com a execução covarde e bárbara do investigador Wesley Vasconcelos Dias, ocorrida na terça-feira (06), em Ponta Porã.

Essa tragédia demonstra o caos que toma o Brasil e que fomentou a intervenção militar no Rio de Janeiro e a criação do Ministério da Segurança Pública.

Mato Grosso do Sul não pode ser esquecido! O estado tem uma extensa faixa de fronteira, que não tem uma efetiva ação da Polícia Federal, Rodoviária Federal e do Exército. Dessa forma, a defesa da fronteira, o combate ao contrabando, ao tráfico de drogas e de armas ficam a cargo, quase que exclusivamente, para as forças policiais do estado. Todavia, os policiais têm pouca estrutura, pouco efetivo e quase nenhuma valorização. Nos últimos seis anos, sete policiais civis foram assassinados na região de fronteira. O combate ao crime organizado é uma guerra desigual na qual a população está perdendo.

É o momento do basta! É urgente a valorização do policial civil através de incentivos para sua permanência na região de fronteira e investimentos em infraestrutura. Caso contrário, infelizmente, a realidade caminha para que aquele território seja um local “sem lei”.

O Sinpol-MS pede o apoio da sociedade na valorização do policial civil e cobra que o governo se conscientize que o primeiro passo para combater a criminalidade é valorizar aquele que está na linha de frente, pagando com a própria vida o preço de proteger a sociedade.



Cassem's: 17 anos de afeto, cuidado e confiança

Messias Ferreira

II Não há dúvida de que a Saúde de Mato Grosso do Sul é outra com o crescimento e a solidificação da Cassem's. É possível afirmar, sem medo de errar, que a Caixa dos Servidores é a grande realização da Saúde no Estado dos últimos 20 anos. Hoje, a Cassem's está presente em 76 municípios – destes, 11 com unidades regionais –, conta com nove hospitais próprios – neste ano inaugura o 10º, em Corumbá –, distribuídos estrategicamente nos quatro cantos do Estado, que atendem, além dos beneficiários da Cassem's, a comunidade não associada e outros planos de saúde.

Também há 26 centros odontológicos em várias cidades, que prestam atendimento a adultos e crianças com foco na prevenção e na manutenção da saúde bucal. São oito centros médicos, seis centros de diagnósticos e três centros de prevenção. As unidades hospitalares e administrativas funcionam como polos irradiadores de desenvolvimento e suas ações se espalham em toda a cadeia da saúde de Mato Grosso do Sul, gerando, além de saúde, renda, postos de trabalho e difusão tecnológica.

Em 2018, a Cassem's está comemorando 17 anos de assistência à saúde

dos servidores públicos e muito dessa longevidade se deve ao investimento em prevenção. Atual presidente, Ricardo Ayache está na Caixa dos Servidores desde a sua criação, em 2001, e foi um dos atores principais nessa mudança de rumo que consolidou a Cassem's como um dos maiores planos de saúde de autogestão do país. Ricardo participou ativamente do processo de modernização que a empresa vivenciou e, logo no início da sua gestão, expôs claramente os caminhos que gostaria de trilhar a frente da entidade. Ayache mostrou que a Medicina moderna trabalha com a preven-



São oito centros médicos, seis centros de diagnósticos e três centros de prevenção

ção em vez do tratamento da doença e o trabalho preventivo ganhou muita

força nas ações do plano de saúde depois de 2010 e as políticas de preven-

ção desenvolvidas pela Cassem's tornaram-se referências.

Fórum dos Servidores questiona Governo sobre possível venda da folha de pagamento do funcionalismo público

II Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul protocolaram ofício, na tarde de sexta-feira (2), destinado ao governador do Estado, Reinaldo Azambuja, solicitando esclarecimentos acerca da possível venda da execução da folha de pagamento dos servidores públicos para o Banco Santander, sem nenhum debate prévio com os representantes da categoria.

Conforme divulgação, a folha de pagamento do funcionalismo público



Coordenadores protocolaram ofício destinado ao governador Reinaldo Azambuja

movimenta cerca de R\$ 462 milhões mensais, incluindo servidores ativos e inativos.

Por meio do ofício, os

dirigentes questionam o motivo da troca de banco, sendo que o Banco do Brasil executa a folha há mais de 20 anos, e como será o tratamento

dos servidores pela nova instituição, sobretudo para os que possuem contas antigas no Banco do Brasil.

Outra preocupação do Fórum dos Servidores é a estrutura disponível do Banco Santander para atendimento no interior do Estado e quais seriam as vantagens desta transação para o servidor público estadual.

“Nós do Fórum estamos preocupados com as consequências dessa troca de banco que o governo está negociando sem sequer conversar com os servidores, que são os mais interessados e podem ser os mais prejudicados com essa possível venda da folha

de pagamento”, ressaltou o coordenador-geral do Fórum dos Servidores, Fabiano Reis, e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS).

O ofício foi formulado durante reunião do Fórum dos Servidores realizada na sede do SINDIJUS-MS, onde se reuniram dirigentes sindicais e representantes de classes das categorias da Educação, Segurança Pública, Saúde, Administrativa e do Judiciário.

Pioneirismo de educadoras, incentivo à autoestima e luta são destaques do Dia Internacional da Mulher na ACP

II O Dia Internacional da Mulher foi mais uma vez celebrado na ACP. No dia 8 de março, o sindicato promoveu o Dia de Cuidados e Beleza para a Mulher Educadora. Sob a coordenação da secretaria social e cultural da ACP, o evento é destinado às professoras filiadas, com a finalidade de promover a integração, a valorização e o bem-estar das mulheres, neste dia dedicado às lutas e à presença feminina em todas as esferas sociais.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

“Hoje é um dia de reflexão e valorização. De protesto por uma sociedade onde, de fato, tenhamos direitos iguais, onde nossas diferenças sejam respeitadas e não usadas para nos separar, onde verdadeiramente possamos exercer nossa liberdade. Mas, também é momento de celebrarmos nossas conquistas sociais, econômicas e culturais, de nos empoderarmos para seguir na luta. E, sim, dia de recebermos atenção especial, de ressaltarmos a beleza em cada uma de nós, de nos elogiarmos. Nós que sempre somos maioria nas lutas, hoje temos esta casa prepa-



rada para nos oferecer o melhor em cuidados e serviços”, destacou a vice-presidente da ACP, Zélia Aguiar.

Das 8h às 19h, todas as professoras que passaram pela ACP receberam um brinde pelo Dia da Mulher e puderam desfrutar de serviços como manicure, massoterapia, corte ou escova de cabelo, limpeza de pele, design de sobrancelhas, maquiagem e sessão de fotos.

Seminário Mulher Educadora

Paralelamente ao Dia da Beleza, a ACP participou com delegação de 45 pessoas, no seminário “Mulher Educadora – Sonhar, Lutar e Transformar”, promovido pela Fetems, em sua sede.

O evento contou com debates sobre assuntos que envolvem a luta pelos direitos da mu-

lher, o empoderamento feminino e o combate à violência contra a mulher. As discussões foram fomentadas por mulheres que se destacam na luta por direitos, como a secretária geral da CNTE e vice-presidente da Internacional da Educação para a América Latina, professora Fátima Silva.

Mulheres que inspiram



No momento “Mulheres que Inspiram”, dedicado à celebração das lutas das mulheres educadoras, a ACP realizou uma homenagem às professoras aposentadas Cândida dos Santos e Hozanas Nascimento. Ambas são exemplos de mulheres pioneiras da educação pública de MS.

Cândida, que ilustra o perfil especial da revista Expressão 65 anos, foi a primeira professora de Educação Física de Campo Grande, introduzindo a prática de voleibol nas escolas públicas da cidade. Também se destacou como pioneira do esporte, integrando a primeira equipe de vôlei feminino, que manteve a mesma formação por 20 anos, vencendo todas as competições que participou, por 17 anos consecutivos. Na luta sindical, Cândida foi uma das primeiras filiadas da ACP e ocupou o cargo de secretária geral da entidade, em 1961.

Hozanas Nascimento desbravou a educação em Terenos, sendo professora da primeira escola pública da cida-

de. Na época em que iniciou sua atividade docente, professora Hozanas enfrentou muitas adversidades, tendo, por exemplo, que percorrer 6 km a pé, para chegar ao seu local de trabalho. A professora Hozanas desenvolveu uma liderança tão significativa em defesa dos direitos da comunidade, que chegou a ocupar uma vaga como vereadora na Câmara Municipal de Terenos.

Atualmente, ambas participam ativamente de todas as ações do sindicato, especialmente das atividades do Projeto Viver Melhor, desenvolvido pela secretaria dos aposentados.

E março é um mês muito especial para as duas. Além do Dia Internacional da Mulher, Hozanas comemorou, no dia 10, 89 anos. No dia seguinte, 11/03, Cândida celebrou 83. No momento “Mulheres que Inspiram”, no Dia da Mulher da ACP, as duas receberam homenagens, carinhos e muitos parabéns por suas belas trajetórias de vida e de luta.